



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

TERMO DE REFERÊNCIA

1. Definição do objeto

Aquisição de materiais de expediente para as Eleições 2024.

2. Fundamentação da Contratação

O Documento de Formalização da Demanda e os Estudos Técnicos Preliminares constam relacionados no PAE n. 34.109/2023.

3. Descrição da solução

Item 01 – **Abraçadeira em nylon** com ranhuras, com medidas de 150mm de comprimento, 3,6 mm de largura e 1mm de espessura, aplicação lacre, o produto não permite a abertura após o seu fechamento, para amarração de fixação de cabos. Embalagem com 100 unidades.

Item 02 - **ADESIVO “VEÍCULO A SERVIÇO” DA JUSTIÇA ELEITORAL**

ESPECIFICAÇÕES:

Adesivo em vinil, eletrostático, interno para vidro, 0,10 micra de espessura.

Dimensões: 18 cm de largura x 13 cm de altura.

Impressão em seis cores (6X0), conforme anexo.

Brasão da República: Medindo 4,5 cm de largura x 4,5 cm de altura. Impressão colorida, conforme anexo.

Dizeres: Todos os dizeres especificados abaixo **deverão seguir o leiaute do decalco, conforme anexo.**

Justiça Eleitoral: Fonte Verdana, tamanho 38, negrito, cor preta.

Veículo a serviço: Fonte Verdana, tamanho 48, negrito, cor azul.

Lei nº 6.091, de 15/08/74, art 3º, § 1º: Fonte Arial, tamanho 14, negrito, cor preta.

Placa: Fonte Arial, tamanho 22, maiúsculas, negrito, cor preta.

Juiz Eleitoral (com traço sobreposto): Fonte Arial, tamanho 12, negrito, cor preta.

Colar no canto superior direito da para-brisa dianteiro: Fonte Arial, tamanho 8, maiúsculas, negrito, cor preta.

Retângulo (no qual será inserido o nº da placa): Medindo 11 cm x 2,5 cm, com borda em cor preta.

Anexo item 2: Modelo do decalco e desenho do brasão.

OBSERVAÇÃO: os adesivos devem ser entregues acondicionados em lotes de 50 unidades.

Item 03 - **BLOCO DE SENHA**

ESPECIFICAÇÕES: confeccionado em papel jornal, 52g/m². Impressão em cor preta (1X0). Corte reto, blocados com cola, cada bloco com 100 folhas.

Dimensões: 5,5 cm x 6 cm.

Dizeres, **conforme anexo item 3.**

Item 04 - **CRACHÁ AUXILIAR**

1. ESPECIFICAÇÕES:

Crachá autoadesivo, redondo, fosco, gramatura de 90 g/m², medindo 6 cm de diâmetro.

Folha contendo 12 unidades. Meio-corte.

Impressões em cor preta sobre fundo **lilás** (2X0), conforme anexo ITEM 4.

Cor: RGB (219, 147, 255).

1.1. Especificações dos dizeres:

- **Brasão:** Medindo 1,5cm largura x 1,5cm altura;
- **Justiça Eleitoral:** Fonte Verdana, tamanho 13.



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

- **Auxiliar:** Fonte Arial Black, tamanho 22, letras maiúsculas.
 - **Retângulo com fundo branco:** Medindo 4,2 cm de largura x 1,2 de altura, com contorno preto.
- 2. OBSERVAÇÃO:** os crachás devem ser impressos em folhas contendo 12 unidades e cintadas em lotes com 25 folhas.
- ANEXO ITEM 4: Leiaute e modelo do crachá.

Item 05 - CRACHÁ MESÁRIOS

1. ESPECIFICAÇÕES:

Crachá autoadesivo, redondo, fosco, gramatura de 90 g/m², medindo 6 cm de diâmetro. Meio-corte. Impressões em cor preta sobre fundo **amarelo** (2X0), conforme anexo ITEM 5.

Jogo composto por quatro adesivos redondos: PRESIDENTE, 1º MESÁRIO, 2º MESÁRIO, SECRETÁRIO.

Cor: RGB (247, 224, 23).

1.1. Especificações dos dizeres:

Crachá PRESIDENTE

- **Brasão:** Medindo 1,5cm largura x 1,5cm altura;
- **Justiça Eleitoral:** Fonte Verdana, tamanho 13.
- **Presidente:** Fonte Arial Black, tamanho 16, letras maiúsculas.
- **Retângulo com fundo branco:** Medindo 4,2 cm de largura x 0,9 de altura, com contorno preto.
- **Zona e Seção:** Fonte Arial, tamanho 8, negrito. Inseridas, cada uma em um retângulo, com fundo branco, medindo individualmente 1,5 cm de largura x 0,9 cm de altura, conforme leiaute (anexo ITEM 5).

Crachá 1º MESÁRIO

- **Brasão:** Medindo 1,5cm largura x 1,5cm altura;
- **Justiça Eleitoral:** Fonte Verdana, tamanho 13.
- **1º Mesário:** Fonte Arial Black, tamanho 16, letras maiúsculas.
- **Retângulo com fundo branco:** Medindo 4,2 cm de largura x 0,9 de altura, com contorno preto.
- **Zona e Seção:** Fonte Arial, tamanho 8, negrito. Inseridas, cada uma em um retângulo, com fundo branco, medindo individualmente 1,5 cm de largura x 0,9 cm de altura, conforme leiaute (anexo ITEM 5).

Crachá 2º MESÁRIO

- **Brasão:** Medindo 1,5cm largura x 1,5cm altura;
- **Justiça Eleitoral:** Fonte Verdana, tamanho 13.
- **2º Mesário:** Fonte Arial Black, tamanho 16, letras maiúsculas.
- **Retângulo com fundo branco:** Medindo 4,2 cm de largura x 0,9 de altura, com contorno preto.
- **Zona e Seção:** Fonte Arial, tamanho 8, negrito. Inseridas, cada uma em um retângulo, com fundo branco, medindo individualmente 1,5 cm de largura x 0,9 cm de altura, conforme leiaute (anexo ITEM 5).

Crachá SECRETÁRIO

- **Brasão:** Medindo 1,5cm largura x 1,5cm altura;
- **Justiça Eleitoral:** Fonte Verdana, tamanho 13.
- **Secretário:** Fonte Arial Black, tamanho 16, letras maiúsculas.
- **Retângulo com fundo branco:** Medindo 4,2 cm de largura x 0,9 de altura, com contorno preto.
- **Zona e Seção:** Fonte Arial, tamanho 8, negrito. Inseridas, cada uma em um retângulo, com fundo branco, medindo individualmente 1,5 cm de largura x 0,9 cm de altura, conforme leiaute (anexo ITEM 5).

2. OBSERVAÇÃO: os crachás devem ser impressos contendo um jogo por folha (Presidente, 1º Mesário, 2º Mesário, Secretário) e cintados em lotes com 50 unidades.

ANEXO ITEM 5: Leiaute e modelo do jogo de crachás.

Item 06 – CRACHÁ EM PVC – JUSTIÇA ELEITORAL



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

ESPECIFICAÇÕES: Confeccionado em PVC, 75 micra de espessura, retangular, medindo 8 cm de largura x 12 cm de altura, impressão na cor preta sobre fundo amarelo e verde (3X0), com dois retângulos com fundo branco, medindo cada um 7cm de largura x 2,4 cm de altura, conforme leiaute em anexo.

Cores do fundo:

Amarelo: #F2BD22 - CMYK 5/27/90/0 RGB 242/198/34

Verde: #587473 - CMYK 66/38/46/34 RGB 88/116/115;

O produto deverá conter orifício retangular superior medindo 1,6 cm de largura x 0,20 cm de altura, para fixação de prendedor tipo jacaré.

Brasão e dizeres:

Brasão: Medindo 3,4 cm de largura x 3,4 cm de altura, centralizado.

Justiça Eleitoral: Fonte Acumin Variable Concept Condensed Medium, tamanho 21, centralizado.

Todas as bordas são arredondadas, conforme modelo anexo.

Os crachás devem ser entregues montados com seu prendedor e embalados com lotes de 50 unidades.

ANEXO ITEM 6: Leiaute do crachá.

Item 07 - **Etiqueta em papel autoadesiva**, branca, retangular, para uso em impressora laser e jato de tinta, medindo 106,36mm por 138,11mm, contendo **04 (quatro) etiquetas por folha**, em formato Carta, 215,9mm x 279,4mm, acondicionadas em caixa contendo 100 folhas. Validade mínima de 1 ano a contar da data da entrega do material no depósito no Almoxarifado.

Item 08 - **Etiqueta em papel autoadesiva**, branca, retangular, para uso em impressora laser e jato de tinta, medindo 63,5mm por 46,6mm, contendo **18 (dezoito) etiquetas por folha**, em formato A4, 210mm x 297mm, acondicionadas em caixa contendo 100 folhas. Validade mínima de 1 ano a contar da data de entrega do material no depósito do Almoxarifado.

Item 09 - Etiqueta em papel autoadesiva, branca, retangular, para uso em impressora laser e jato de tinta, medindo 38,1mm por 21,2mm, contendo 65 (sessenta e cinco) etiquetas por folha, em formato A4, 210mm x 297mm, acondicionadas em caixas contendo 100 folhas. Validade mínima de 1 ano a contar da data da entrega **do material no depósito no Almoxarifado**.

Item 10 - **Régua comum em poliestireno**, comprimento de 30cm, graduação milimetrada, material rígido e cor transparente. Forma de entrega: embaladas em pacotes com 10, 25 ou 50 unidades.

3.1. Estudos Técnicos Preliminares

Documento juntado no PAE n. 34.109/2023.

3.2. Marcas e Modelos / Códigos de Referência

Item 1: Hellermann, modelo T30R

Item 7: Colacril, código CC188

Item 8: Colacril, código CA4361

Item 9: Colacril, código CA4351

Item 10: Waleu, cristal 30cm ref. 10270086

Observações

- além da marca do produto os licitantes deverão informar, quando houver, sua referência, código ou modelo.
- sendo suscitada alguma dúvida quanto ao objeto proposto pelo licitante vencedor, em razão das especificações da marca indicada na proposta, o Pregoeiro poderá solicitar ao licitante a apresentação de amostra do produto e/ou declaração expedida pelo fabricante de que possui as características indicadas na proposta, como condição necessária para adjudicação do objeto.
- os produtos das marcas e códigos de referência não necessitam de amostra, pois atendem ao solicitado.



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

- as marcas, códigos e referências citados prestam-se tão somente a determinar os requisitos que devem estar presentes no objeto pretendido (servem, portanto, como parâmetro de aferição das especificações exigidas para o produto solicitado, afastando-se eventuais dúvidas que possam ser suscitadas – destarte, será aceito pela Administração, sem restrições, produto similar ao indicado, que detenha as especificações daquele).

3.3. Códigos SIASG

Item 01 – n. 394.787

Item 02 – solicitado cadastro no Serpro – pedido n. 481.994

Item 03 – solicitado cadastro no Serpro – pedido n. 481.996

Item 04 – solicitado cadastro no Serpro – pedido n. 481.998

Item 05 – solicitado cadastro no Serpro – pedido n. 481.998

Item 06 – solicitado cadastro no Serpro – pedido n. 481.999

Item 07 – n. 283.824

Item 08 – n. 384.064

Item 09 – n. 294.012

Item 10 – n. 236.471

4. Requisitos da contratação

Abraçadeira plástica (item 1)

| NECESSIDADES | REQUISITOS | JUSTIFICATIVA |
|--------------|---|--|
| Técnico | Abraçadeira com ranhuras para lacrar, não permitindo abertura após seu fechamento. Para amarração de cabos. | O produto será utilizado para o fechamento das pastas dos mesários, de forma a impedir a sua abertura. |
| | Medida de 150mm de comprimento, 3,6mm de largura e 1mm de espessura. | Tamanho adequado para a fixação nos dois cursores do zíper das pastas dos mesários. |
| | Embalagem com 100 unidades | Visa facilitar a contagem, a distribuição e o armazenamento do material. |



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

Adesivo veículo a serviço (item 2)

| NECESSIDADES | REQUISITOS | JUSTIFICATIVA |
|--------------|--|--|
| Técnico | Adesivo em vinil, eletrostático, interno para vidro, 0,10 micra de espessura. Dimensões: 18 cm de largura x 13 cm de altura. Impressão em seis cores (6X0), conforme anexo. Brasão da República: Medindo 4,5 cm de largura x 4,5 cm de altura. Impressão colorida, conforme anexo. Dizeres: Todos os dizeres especificados abaixo deverão seguir o leiaute do decalco, conforme anexo. Justiça Eleitoral: Fonte Verdana, tamanho 38, negrito, cor preta. Veículo a serviço: Fonte Verdana, tamanho 48, negrito, cor azul. Lei nº 6.091, de 15/08/74, art 3º, § 1º: Fonte Arial, tamanho 14, negrito, cor preta. Placa: Fonte Arial, tamanho 22, maiúsculas, negrito, cor preta. Juiz Eleitoral (com traço sobreposto): Fonte Arial, tamanho 12, negrito, cor preta. Colar no canto superior direito da para-brisa dianteiro: Fonte Arial, tamanho 8, maiúsculas, negrito, cor preta. Retângulo (no qual será inserido o nº da placa): Medindo 11 cm x 2,5 cm, com borda em cor preta. | Material para fixação interna no vidro dianteiro dos veículos, autorizando o transporte gratuito de eleitores no dia da eleição. O vinil eletrostático é de fácil aplicação, apenas com água. Sua remoção não deixa sujeira de resíduo no vidro. O tamanho do adesivo é apropriado para a identificação da placa e assinatura da autoridade competente. |
| | Os adesivos devem ser entregues acondicionados em lotes de 50 unidades. | Visa facilitar a contagem, a distribuição e o armazenamento do material. |

Bloco de senha (item 3)

| NECESSIDADES | REQUISITOS | JUSTIFICATIVA |
|--------------|--|--|
| Técnico | Confeccionado em papel jornal 52g/m2. Impressão em cor preta (1X0). Corte reto, blocado com cola. Medidas de 5,5cm x 6cm. | Papel com qualidade suficiente e medidas mínimas para identificar os eleitores na fila da seção eleitoral. |
| | Bloco com 100 folhas | Visa facilitar a contagem, a distribuição e o armazenamento do material. |



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

Crachá adesivo Auxiliar (item 4)

| NECESSIDADES | REQUISITOS | JUSTIFICATIVA |
|--------------|--|--|
| Técnico | 1. ESPECIFICAÇÕES: Crachá autoadesivo, redondo, fosco, gramatura de 90 g/m ² , medindo 6 cm de diâmetro. Folha contendo 12 unidades. Meio-corte. Impressões em cor preta sobre fundo lilás (2X0), conforme anexo ITEM 4. Cor: RGB (219, 147, 255). | Impresso especificado pela Coordenadoria de Eleições para uso dos auxiliares da Justiça Eleitoral. |
| | Os crachás devem ser impressos em folhas contendo 12 unidades e cintadas em lotes com 25 folhas. | Visa facilitar a contagem, a distribuição e o armazenamento do material. |

Crachá adesivo Mesários (item 5)

| NECESSIDADES | REQUISITOS | JUSTIFICATIVA |
|--------------|---|--|
| Técnico | 1. ESPECIFICAÇÕES: Crachá autoadesivo, redondo, fosco, gramatura de 90 g/m ² , medindo 6 cm de diâmetro. Meio-corte. Impressões em cor preta sobre fundo amarelo (2X0), conforme anexo ITEM 5. Jogo composto por quatro adesivos redondos: PRESIDENTE, 1º MESÁRIO, 2º MESÁRIO, SECRETÁRIO. Cor: RGB (247, 224, 23). | Impresso especificado pela Coordenadoria de Eleições para uso dos mesários da Justiça Eleitoral. |
| | Os crachás devem ser impressos contendo um jogo por folha (Presidente, 1º Mesário, 2º Mesário, Secretário) e cintados em lotes com 50 unidades. | Visa facilitar a contagem, a distribuição e o armazenamento do material. |

Crachá em PVC Justiça Eleitoral (item 6)

| NECESSIDADES | REQUISITOS | JUSTIFICATIVA |
|--------------|--|--|
| Técnico | Confeccionado em PVC, 75 micra de espessura, retangular, medindo 8 cm de largura x 12 cm de altura, impressão na cor preta sobre fundo amarelo e verde (3X0), com dois retângulos com fundo branco, medindo cada um 7cm de largura x 2,4 cm de altura, conforme leiaute em anexo item 6. | Material especificado pela Coordenadoria de Eleições para a identificar os colaboradores da Justiça Eleitoral. |
| | Os crachás devem ser entregues montados com seu prendedor e embalados com lotes de 50 unidades. | Visa facilitar a contagem, a distribuição e o armazenamento do material. |



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

Etiqueta em papel autoadesiva 4 por folha (item 7)

| NECESSIDADES | REQUISITOS | JUSTIFICATIVA |
|--------------|---|---|
| Técnico | Branca, retangular, para uso em impressora laser e jato de tinta, medindo 106,36mm por 138,11mm, contendo 04 (quatro) etiquetas por folha , em formato Carta, 215,9mm x 279,4mm. | Etiqueta utilizada para a identificação dos materiais e equipamentos utilizados nas eleições. |
| | Acondicionadas em caixa contendo 100 folhas | Visa facilitar a contagem, a distribuição e o armazenamento do material. |
| Legais | Validade mínima de 1 ano a contar da data da entrega do material no depósito no Almoxarifado. | Prazo fixado que regula a duração do produto. (poder de adesão da cola das etiquetas) |

Etiqueta em papel autoadesiva 18 por folha (item 8)

| NECESSIDADES | REQUISITOS | JUSTIFICATIVA |
|--------------|---|---|
| Técnico | Branca, retangular, para uso em impressora laser e jato de tinta, medindo 63,5mm por 46,6mm, contendo 18 (dezoito) etiquetas por folha , em formato A4, 210mm x 297mm. | Etiqueta utilizada para a identificação dos materiais e equipamentos utilizados nas eleições. |
| | Acondicionadas em caixa contendo 100 folhas | Visa facilitar a contagem, a distribuição e o armazenamento do material. |
| Legais | Validade mínima de 1 ano a contar da data da entrega do material no depósito no Almoxarifado. | Prazo fixado que regula a duração do produto. (poder de adesão da cola das etiquetas) |

Etiqueta em papel autoadesiva 65 por folha (item 9)

| NECESSIDADES | REQUISITOS | JUSTIFICATIVA |
|--------------|---|---|
| Técnico | Branca, retangular, para uso em impressora laser e jato de tinta, medindo 38,1mm por 21,2mm, contendo 65 (sessenta e cinco) etiquetas por folha , em formato A4, 210mm x 297mm | Etiqueta utilizada para a identificação dos materiais e equipamentos utilizados nas eleições. |
| | Acondicionadas em caixa contendo 100 folhas | Visa facilitar a contagem, a distribuição e o armazenamento do material. |
| Legais | Validade mínima de 1 ano a contar da data da entrega do material no depósito no Almoxarifado. | Prazo fixado que regula a duração do produto. (poder de adesão da cola das etiquetas) |



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

Régua plástica (item 10)

| NECESSIDADES | REQUISITOS | JUSTIFICATIVA |
|--------------|--|--|
| Técnico | Régua comum em poliestireno , comprimento de 30cm, graduação milimetrada, material rígido e cor transparente. | O material servirá como apoio nos trabalhos da mesa receptora de votos, facilitando a busca dos eleitores no caderno de votação. |
| | Forma de entrega: embaladas em pacotes com 10, 25 ou 50 unidades. | Visa facilitar a contagem, a distribuição e o armazenamento do material. |

5. Modelo de execução do objeto

Os materiais deverão ser entregues no depósito do Almoxarifado do Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina, situado na Servidão Antônio José Guarezi, 130, bairro Jardim Eldorado, município de Palhoça/SC, no horário das 13 às 19h.

5.1. Prazos

Prova gráfica: para os itens 2, 3, 4, 5 e 6, deverá ser apresentada prova gráfica no prazo de, no máximo, **10 (DEZ) dias**, contados a partir do recebimento da Nota de Empenho.

Prazo de entrega: para os itens 2, 3, 4, 5 e 6, deverá ser de, no máximo, **15 (QUINZE) dias**, contados a partir da aprovação da prova gráfica.

Prazo de entrega: para os itens 1, 7, 8, 9 e 10, deverá ser de, no máximo, **15 (QUINZE) dias**, contados a partir do recebimento da Nota de Empenho.

Prazo de substituição: após recebidos, os produtos serão conferidos pelo setor competente. Se constatada qualquer irregularidade, a empresa deverá substituí-los, no prazo máximo de 5 (cinco) dias.

Prazo de garantia: após o recebimento definitivo, se constatado defeito no produto dentro do período de garantia legal ou do fornecedor, será acionado o respectivo fabricante para a substituição do lote avariado.

5.2. Local de entrega ou prestação dos serviços

Os materiais deverão ser entregues no depósito multiuso do Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina, na área do Almoxarifado. Endereço: Servidão Antônio José Guarezi, 130, bairro Jardim Eldorado, Município de Palhoça, SC.

5.3. Recebimento provisório e definitivo

Os produtos serão inspecionados no ato do recebimento, a fim de verificar a conformidade do material segundo as especificações constantes no item 3 – Descrição da Solução.

Será feita a contagem do quantitativo entregue, em embalagens, caixas e demais unidades de medidas, e, não sendo possível verificar item a item, a conferência se dará por amostragem.

No caso de fornecimento de amostra pelo licitante, será verificado no ato do recebimento, se o produto entregue no depósito do Almoxarifado é da mesma marca, código, referência ou modelo do produto aprovado.

Prazos para recebimento do material:



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

- a) o recebimento provisório ocorrerá na data de entrega do objeto contratado;
- b) o recebimento definitivo dar-se-á em até 10 (dez) dias úteis após o recebimento provisório do objeto, exceto se houver atraso motivado pela empresa.

5.4. Pagamento

O prazo máximo para a efetivação do pagamento será de 10 (dez) dias úteis após o recebimento definitivo do objeto.

5.5. Garantia do objeto

Após o recebimento definitivo, se constatado defeito no produto dentro do período de garantia legal ou do fornecedor, será acionado o respectivo fabricante para a substituição do lote avariado.

5.6. Vigência da contratação

A Contratação terá vigência a partir da emissão da Nota de Empenho até o recebimento definitivo do objeto.

5.7. Obrigações da Contratante

- a) efetuar o pagamento à Contratada, de acordo com as condições, no preço e no prazo estabelecidos no edital licitatório;
- b) promover, através de seu representante, o servidor titular da Seção de Almoxarifado e Patrimônio, ou seu substituto, ou seu superior imediato, a fiscalização da contratação, em conformidade com o art. 67 da Lei n. 8.666/1993.
- c) efetuar o recebimento definitivo em até 10 (dez) dias úteis após o recebimento provisório do objeto, exceto se houver atraso motivado pela empresa.

5.8. Obrigações da Contratada

- a) fornecer os produtos nos prazos e demais condições estipuladas na proposta;
- b) entregar os produtos no Almoxarifado do Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina, situado na Servidão Antônio José Guarezi, 130, Bairro Jardim Eldorado, município de Palhoça/SC, no horário das 13h às 19h, sem que isso implique acréscimo no preço constante da proposta;
- c) após recebidos, os produtos serão conferidos pelo setor competente. Se constatada qualquer irregularidade, a empresa deverá substituí-los, no prazo máximo de 5 (cinco) dias;
- d) estando em mora o licitante vencedor, o prazo para substituição dos produtos, de que trata o subitem c, não interromperá a multa por atraso prevista na licitação;
- e) em caso de substituição de produto, conforme previsto no item c, correrão à conta do licitante vencedor as despesas decorrentes da devolução e nova entrega;
- f) não transferir a outrem, no todo ou em parte, o objeto contratado, sem prévia anuência do TRE-SC; e
- g) manter durante a execução do contrato todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

5.9. Transferência de Conhecimento

Não se aplica a esta contratação.



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

5.10. Direitos Autorais

Não se aplica a esta contratação.

5.11. Qualificação Técnica

Não se aplica a esta contratação.

6. Modelo de gestão do contrato

6.1. Gestor de contrato

6.1.1. Caberá ao gestor do contrato e, nos seus afastamentos e seus impedimentos legais, ao seu substituto, em especial:

- a) coordenar as atividades relacionadas à fiscalização técnica e administrativa;
- b) acompanhar os registros realizados pelos fiscais do contrato das ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, e informar à autoridade superior aquelas que ultrapassarem a sua competência;
- c) acompanhar a manutenção das condições de habilitação da Contratada, para fins de empenho de despesa e de pagamento, e anotar os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais;
- d) coordenar a rotina de acompanhamento e de fiscalização do contrato, cujo histórico de gerenciamento deverá conter todos os registros formais da execução, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, e elaborar relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração;
- e) coordenar os atos preparatórios à instrução processual e ao envio da documentação pertinente às unidades competentes, para a formalização dos procedimentos relativos à prorrogação, à alteração, ao reequilíbrio, ao pagamento, à eventual aplicação de sanções e à extinção dos contratos, entre outros;
- f) elaborar o relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração, com as informações obtidas durante a execução do contrato;
- g) coordenar a atualização contínua do relatório de riscos durante a gestão do contrato, com apoio dos fiscais técnico e administrativo;
- h) emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico e administrativo quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado em indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, a constarem do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações conforme disposto em regulamento;
- i) realizar o recebimento definitivo do objeto do contrato, mediante termo detalhado que comprove o atendimento das exigências contratuais; e
- j) tomar providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções.

6.1.2. Caberá ao fiscal técnico do contrato e, nos seus afastamentos e seus impedimentos legais, ao seu substituto, em especial:

- a) prestar apoio técnico e operacional ao gestor do contrato com informações pertinentes às suas competências;
- b) anotar no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados;



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

- c) emitir notificações para a correção de rotinas ou de qualquer inexatidão ou irregularidade constatada, com a definição de prazo para a correção;
- d) informar ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem a sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso;
- e) comunicar imediatamente ao gestor do contrato quaisquer ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas estabelecidas;
- f) fiscalizar a execução do contrato para que sejam cumpridas as condições estabelecidas, de modo a assegurar os melhores resultados para a administração, com a conferência das notas fiscais e das documentações exigidas para o pagamento e, após o ateste, que certifica o recebimento provisório, encaminhar ao gestor de contrato para ratificação;
- g) comunicar ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual;
- h) participar da atualização do relatório de riscos durante a fase de gestão do contrato, em conjunto com o fiscal administrativo;
- i) auxiliar o gestor do contrato com as informações necessárias, na elaboração do documento comprobatório da avaliação realizada na fiscalização do cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado; e
- j) realizar o recebimento provisório do objeto do contrato, mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter técnico.

6.1.3. Caberá ao fiscal administrativo do contrato e, nos seus afastamentos e seus impedimentos legais, ao seu substituto, em especial:

- a) prestar apoio técnico e operacional ao gestor do contrato, com a realização das tarefas relacionadas ao controle dos prazos relacionados ao contrato e à formalização de apostilamentos e de termos aditivos, ao acompanhamento do empenho e do pagamento e ao acompanhamento de garantias e glosas;
- b) verificar a manutenção das condições de habilitação da contratada, com a solicitação dos documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário;
- c) examinar a regularidade no recolhimento das contribuições fiscais, trabalhistas e previdenciárias;
- d) atuar tempestivamente na solução de eventuais problemas relacionados ao descumprimento das obrigações contratuais e reportar ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência;
- e) participar da atualização do relatório de riscos durante a fase de gestão do contrato, em conjunto com o fiscal técnico; e
- f) auxiliar o gestor do contrato com as informações necessárias, na elaboração do documento comprobatório da avaliação realizada na fiscalização do cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado.

6.2. Gestão e fiscalização

| | Titular ou substituto das unidades |
|-------------------------|--|
| Gestor da contratação | Chefe da Seção de Almoxarifado e Patrimônio |
| Fiscal técnico | Chefe da Seção de Almoxarifado e Patrimônio |
| Fiscais administrativos | Seção de Gerenciamento de Contratações Seção de Preparação de Pagamentos e Análise Tributária |

6.3. Instrumentos Formais



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

Será emitida nota de empenho em favor da empresa vencedora, onde estará detalhado o produto, seus valores e o respectivo prazo de entrega.

6.4. Acompanhamento do Contrato

O acompanhamento do contrato será feito pelo gestor/fiscal do contrato, qual seja o servidor titular da Seção de Almoxarifado e Patrimônio, ou seu substituto, ou seu superior imediato, ao qual caberá efetuar o recebimento provisório e definitivo do material.

6.5. Alocação de riscos

Não se aplica a esta contratação.

7. Critérios de medição e de pagamento

Não se aplica a esta contratação.

8. Reajuste ou repactuação

Os preços inicialmente contratados poderão ser reajustados após 1 (um) ano, contados da data limite para apresentação da proposta, utilizando-se, para o cálculo, o Índice de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA, publicado na ocasião, ou, na hipótese de extinção deste índice, utilizar-se-á o que venha a substituí-lo.

9. Forma e critérios de seleção do fornecedor

9.1. Parcelamento e adjudicação

A adjudicação deverá ser por item, não cabendo parcelamento, uma vez que deve se resguardar a economia de escala. Quanto maior a quantidade do bem licitado, menor poderá ser seu custo.

9.2. Seleção do fornecedor

A seleção do fornecedor se dará pela proposta de menor preço dentre os licitantes habilitados e classificados.

9.2.1. Critérios de habilitação

Não há requisitos específicos de qualificação técnica e econômico-financeira.

9.2.2. Critérios de preferência e de desempate

Os critérios de preferência e de desempate deverão obedecer à legislação em vigor, em especial à Lei Complementar n. 123/2006.

9.2.3. Modalidade de licitação e critério de julgamento

O objeto pretendido é bem comum, oferecido por diversos fornecedores no mercado, apresentando características padronizadas e usuais, o que justifica, portanto, a utilização da modalidade “Pregão” e do critério de julgamento “Menor Preço”.

10. Estimativas do valor da contratação

Para estimar o valor da presente contratação foi considerado o preço médio obtido das soluções disponíveis no mercado e das contratações públicas similares.

Com relação aos itens 4 e 5, crachás adesivos auxiliar e mesários, como não foi encontrado o material no site



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

banco de preços, o valor foi definido pelo preço das soluções disponíveis no mercado.

| MATERIAL | VALOR UNITÁRIO | QUANTIDADE ESTIMADA | VALOR TOTAL |
|----------------------------|----------------|-----------------------------|----------------------|
| 01 – abraçadeira | R\$ 9,39 | 250 pacotes c/ 100 unidades | R\$ 2.347,50 |
| 02 – adesivo veículo | R\$ 2,87 | 2.750 unidades | R\$ 7.892,50 |
| 03 – bloco de senha | R\$ 0,95 | 4.000 unidades | R\$ 3.800,00 |
| 04 – crachá auxiliar | R\$ 1,68 | 150 folhas c/ 12 adesivos | R\$ 252,00 |
| 05 – crachá mesários | R\$ 0,58 | 20.000 folhas c/4 adesivos | R\$ 11.600,00 |
| 06 – crachá em pvc | R\$ 3,80 | 2.000 unidades | R\$ 7.600,00 |
| 07 – etiqueta 4 por folha | R\$ 49,82 | 80 caixas c/ 100 folhas | R\$ 3.985,60 |
| 08 – etiqueta 18 por folha | R\$ 57,75 | 35 caixas c/ 100 folhas | R\$ 2.021,25 |
| 09 – etiqueta 65 por folha | R\$ 41,08 | 6 caixas c/ 100 folhas | R\$ 246,48 |
| 10 – régua | R\$ 0,83 | 6.000 unidades | R\$ 4.980,00 |
| | | | R\$ 44.725,33 |

11. Alinhamento da contratação

11.1. Plano de Contratações Anual

O Plano de Contratações Anual contempla a solução a ser contratada no Anexo I, item 23, Materiais de Expediente.

11.2. Plano de Logística Sustentável

Não há conflito dos objetos a serem adquiridos com o Plano de Logística Sustentável do TRE-SC. O sistema ASIWEB utilizado pelo Almoxarifado permite monitorar os dados de consumo e informa-los ao corpo funcional.

11.3. Outros instrumentos

Esta contratação objetiva o fornecimento de material de expediente às Zonas Eleitorais visando suprir a demanda do período eleitoral.

Alinhamento estratégico do Plano de Contratações: OEAC1 e OEPI2.

12. Adequação orçamentária

| Item | Programa de Trabalho | Elemento de Despesa | Valor |
|---|-----------------------|---------------------|----------------|
| Item 23 - Plano de Contratações – Materiais de Expediente | 02.122.0033.20GP.0042 | 3.3.90.30.16 | R\$ 118.600,00 |
| Estimativa de custo da presente contratação | | | R\$ 44.725,33 |

13. Descumprimento contratual e penalidades

13.1. Nos termos da Portaria P n. 39/2023, o licitante ou o contratado será responsabilizado administrativamente pelas seguintes infrações:

a) dar causa à inexecução parcial do contrato;

b) dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

- c) dar causa à inexecução total do contrato;
- d) deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- e) não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- f) não celebrar o contrato ou a ata de registro de preços ou não aceitar ou retirar a nota de empenho ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- g) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;
- h) apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;
- i) fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- j) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- l) praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
- m) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

13.2. Serão aplicadas ao responsável, pelas infrações administrativas previstas no subitem 13.1, as seguintes sanções:

- a) advertência;
- b) multa;
- c) impedimento de licitar e contratar com a Administração;
- d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública.

13.2.1. A sanção de advertência consiste em comunicação formal ao fornecedor que deu causa à inexecução parcial do contrato, conforme previsto na alínea "a" do subitem 13.1.

13.2.1.1. A advertência retira do fornecedor a condição de infrator primário, de modo que, em caso de reincidência, sanção mais severa poderá lhe ser aplicada, devendo ser observado o disposto no subitem 13.3.

13.2.2. A sanção de multa tem natureza pecuniária e poderá ser moratória ou compensatória, observados os seguintes termos:

a) o atraso injustificado na execução do objeto deste Termo de Referência sujeitará o contratado, a juízo da Administração, à multa moratória de 0,5% (zero vírgula cinco por cento), acrescidos de 0,25% (zero vírgula vinte e cinco por cento) ao dia, a partir do segundo dia de mora, sobre o valor da parcela em atraso, e sua aplicação não dispensa a contratada do cumprimento da obrigação inadimplida;

b) a inexecução parcial do objeto sujeitará o contratado, a juízo da Administração, à multa compensatória de 10% (dez por cento) sobre o valor do objeto que não foi executado;

c) a inexecução total do objeto sujeitará o contratado, a juízo da Administração, à multa compensatória de 10% (dez por cento) sobre o valor total do objeto contratado.

13.2.2.1. A pena de multa poderá ser aplicada cumulativamente com as demais sanções estabelecidas neste Termo de Referência.

13.2.2.2. Ultrapassados 30 (trinta) dias de mora, será avaliada a possibilidade de aplicação da conversão da multa de mora para a compensatória por inexecução contratual.

13.2.2.3. A multa poderá ser aplicada em dobro se o infrator for reincidente, ou seja, se tiver sido sancionado por este Tribunal após decisão transitada em julgado, observando-se o disposto no subitem 13.3.



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

13.2.2.4. A aplicação de multa de mora não impedirá que a Administração a converta em compensatória e promova a extinção unilateral do contrato com a aplicação cumulada de outras sanções previstas neste Termo de Referência.

13.2.2.5. A multa aplicada será:

- a) retida cautelarmente dos pagamentos devidos pela Administração e recolhida em definitivo ao Erário, após o trânsito em julgado da decisão que a impôs;
- b) descontada de eventuais faturas pendentes de pagamento;
- c) paga pelo fornecedor por meio de GRU;
- d) descontada do valor da garantia prestada; ou
- e) cobrada judicialmente.

13.2.3. A sanção de impedimento de licitar e contratar com a União poderá ser aplicada pelas infrações previstas no subitem 13.1, “b” a “g”, pelos seguintes prazos, de acordo com a infração cometida:

- a) dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo ou dar causa à inexecução total do contrato: Prazo - 6 (seis) meses;
- b) deixar de entregar a documentação exigida para o certame: Prazo - 1 (um) mês;
- c) não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado Prazo - 2 (dois) meses;
- d) não celebrar o contrato ou a ata de registro de preços ou não aceitar ou retirar a nota de empenho ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta: Prazo - 2 (dois) meses;
- e) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado: Prazo - 2 (dois) meses.

13.2.4. A sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a União, Estados, Distrito Federal e Municípios poderá ser aplicada pelas infrações previstas no subitem 13.1, “h” a “m”, pelos seguintes prazos, de acordo com a infração cometida:

- a) apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato: Prazo - 3 (três) anos;
- b) fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato: Prazo - 4 (quatro) anos;
- c) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza: Prazo - 4 (quatro) anos;
- d) praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação: Prazo - 5 (cinco) anos;
- e) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013: Prazo - 6 (seis) anos.

13.2.5. Na aplicação das sanções serão considerados:

- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) as peculiaridades do caso concreto;
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) os danos que dela provierem para a Administração Pública;
- e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

13.2.6. As sanções previstas nos subitens 13.2.3 e 13.2.4 poderão ser majoradas em 10% (dez por cento) para cada agravante, até o limite legal, em razão de:



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

a) restar comprovado que o responsável pela infração administrativa tenha registro de penalidade aplicada no âmbito do TRE-SC, por prática de quaisquer das condutas tipificadas na presente norma, nos 12 (doze) meses que antecederam o fato em decorrência do qual será aplicada a penalidade;

b) restar comprovado que o infrator tenha sido desclassificado ou inabilitado por não atender às condições do edital, quando for notória a sua impossibilidade de atendimento ao estabelecido;

c) o licitante ou fornecedor participante da dispensa eletrônica não responder às diligências destinadas a esclarecer ou a complementar a instrução do processo de contratação; ou

d) restar comprovado que o fornecedor tenha prestado declaração falsa de que é beneficiário do tratamento diferenciado concedido em legislação específica.

13.2.7. As penas previstas nas alíneas “b” a “e” do subitem 13.2.3 poderão ser reduzidas em 50% (cinquenta por cento), uma única vez, após a incidência das majorações previstas no subitem 13.2.6, quando não tenha havido nenhum dano à Administração, em decorrência de qualquer das seguintes atenuantes:

a) a conduta praticada tenha sido, desde que devidamente comprovada, decorrente de falha escusável do fornecedor;

b) a conduta praticada seja decorrente da apresentação de documentação que contenha vícios ou omissões para os quais não tenha contribuído, ou que não sejam de fácil identificação, desde que devidamente comprovado; ou

c) a conduta praticada seja decorrente da apresentação de documentação que não atendeu às exigências do edital, desde que reste evidenciado equívoco em seu encaminhamento.

13.2.8. Quando a ação ou omissão do responsável pela infração administrativa ensejar o enquadramento de concurso de condutas, aplicar-se-á a pena mais grave.

13.2.9. A aplicação das sanções previstas no subitem 13.2 não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.

13.2.10. É admitida a reabilitação do licitante ou do contratado sancionado, exigidos, cumulativamente:

a) reparação integral do dano causado à Administração Pública;

b) pagamento da multa;

c) transcurso do prazo mínimo de 1 (um) ano da aplicação da penalidade, no caso de impedimento de licitar e contratar, ou de 3 (três) anos da aplicação da penalidade, no caso de declaração de inidoneidade;

d) cumprimento das condições de reabilitação definidas no ato punitivo;

e) análise jurídica prévia, com posicionamento conclusivo quanto ao cumprimento dos requisitos definidos neste artigo.

13.2.10.1. A sanção pelas infrações previstas nas alíneas “a” e “e” do subitem 13.2.4 exigirá, como condição de reabilitação do fornecedor sancionado, a implantação ou aperfeiçoamento de programa de integridade pelo responsável.

13.3. Restará afastada a reincidência após transcorrido 1 (um) ano entre a data do trânsito em julgado da decisão que aplicou a anterior penalidade ao infrator e a data da nova infração.

13.4. O responsável pela infração será intimado para apresentação de defesa e especificação de provas que pretenda produzir, no prazo de até 15 (quinze) dias úteis contados do recebimento da intimação.

13.4.1. Na hipótese de deferimento de pedido de produção de novas provas ou de juntada de provas julgadas indispensáveis pela autoridade competente ou pela Comissão de Apuração de Responsabilidade, o infrator poderá apresentar alegações finais no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação.



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

13.4.2. Serão indeferidas pela autoridade competente ou pela Comissão de Apuração de Responsabilidade, mediante decisão fundamentada, provas ilícitas, impertinentes, desnecessárias, protelatórias ou intempestivas.

13.5. A sanção estabelecida no subitem 13.2.4 é de competência do Presidente do TRE-SC.

13.6. Da aplicação das sanções previstas nos subitens 13.2.1, 13.2.2 e 13.2.3 caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação.

13.6.1. O recurso de que trata o subitem 13.6 será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

13.7. Da aplicação da sanção prevista no subitem 13.2.4 caberá apenas pedido de reconsideração, que deverá ser apresentado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

13.8. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

ANEXO ITEM 2: Adesivo em vinil para veículos a serviço da Justiça Eleitoral



Justiça Eleitoral

Veículo a serviço

Lei nº 6.091, de 15/08/74, art. 3º, § 1º

PLACA:

Juiz Eleitoral

COLAR NO CANTO SUPERIOR DIREITO DO PARA-BRISA DIANTEIRO

ANEXO ITEM 2: Desenho do Brasão da república



ANEXO ITEM 3 – BLOCO DE SENHA

Lado do acabamento com cola

6 cm

5,5 cm

JUSTIÇA ELEITORAL

SENHA

Nº

.....ZONA.....SEÇÃO

.....

(SECRETÁRIO(A) DA MESA)

TSE – Mod 7

ANEXO ITEM 4: LEIAUTE E MODELO



ANEXO ITEM 5: Leiaute e modelo do jogo de crachás.



Justiça Eleitoral
PRESIDENTE

| | |
|------|-------|
| Zona | Seção |
|------|-------|



Justiça Eleitoral
1º MESÁRIO

| | |
|------|-------|
| Zona | Seção |
|------|-------|



Justiça Eleitoral
2º MESÁRIO

| | |
|------|-------|
| Zona | Seção |
|------|-------|



Justiça Eleitoral
SECRETÁRIO

| | |
|------|-------|
| Zona | Seção |
|------|-------|



Justiça Eleitoral

Blank rounded rectangular area for text or stamp.

Blank rounded rectangular area for text or stamp.